



JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO: NOVOS DESAFIOS NA CENA CONTEMPORÂNEA

FRANCIELE DA SILVA PESSOA¹
VALTER MARTINS²

RESUMO: Este artigo analisa o advento do neoliberalismo e sua inserção no Brasil a partir do final do século XX, com ênfase em seus impactos sobre as políticas sociais e o mundo do trabalho. A pesquisa, de abordagem quali-quantitativa, fundamenta-se em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Núcleo em Dinâmica Capitalista e Ação Política (Netrad/UFF). O objetivo é investigar as causas e consequências das novas modalidades de trabalho entre jovens brasileiros, com foco em cooperados de 18 a 28 anos residentes no município de Campos dos Goytacazes (RJ), em sua maioria negros e periféricos. Os resultados indicam que a precarização das relações de trabalho e a persistência das desigualdades sociais configuram elementos estruturantes da realidade vivenciada por esses sujeitos.

Palavras-chaves: Neoliberalismo, juventude, precarização, mercado de trabalho.

ABSTRACT : This article analyzes the advent of neoliberalism and its insertion in Brazil from the end of the 20th century, with an emphasis on its impacts on social policies and the world of work. The research, employing a qualitative-quantitative approach, is based on data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Nucleus in Capitalist Dynamics and Political Action (Netrad/UFF). The objective is to investigate the causes and consequences of new forms of work among young Brazilians, focusing on cooperative members aged 18 to 28 residing in the municipality of Campos dos Goytacazes (RJ), the majority of whom are Black and from marginalized communities. The results indicate that the precariousness of labor relations and the persistence of social inequalities constitute structuring elements of the reality experienced by these individuals.

Keywords: Neoliberalism, Youth, precariousness, labor market.

INTRODUÇÃO

Com o advento do neoliberalismo em meados do século XX e sua consolidação entre as décadas de 1970 e 1980, as desigualdades sociais ressurgiram na cena capitalista, em decorrência do fim do período conhecido como os “30 anos gloriosos”, que ocorreu em estágios distintos em alguns países do norte da Europa.

¹ Mestranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: francielesp@id.uff.br — Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3898269127979011>.

² Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: valtermartins@id.uff.br — Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3154254627267334>.



O período compreendido entre 1945 e 1975, nomeadamente marcado pelo *Welfare State*³, é reconhecido como os 30 anos gloriosos. Nesse intervalo, observou-se um avanço na política econômica e social em diversos países, com o propósito de mitigar as crises enfrentadas no período subsequente à Segunda Guerra Mundial.

O fim do *Welfare State* foi igualmente influenciado por uma crise socioeconômica, na qual o Estado alegou não ter capacidade para mantê-lo. Tal contexto propiciou a emergência do neoliberalismo, que implicou a redução da intervenção estatal e o aprofundamento das desigualdades sociais.

A partir do cenário exposto, o presente estudo objetivo realizar uma breve análise das consequências da implementação do neoliberalismo na sociedade, com ênfase em suas manifestações no contexto brasileiro. Ademais, busca-se também discutir o papel do Estado frente a esse modelo econômico e político. A partir dessa análise, será possível estabelecer um diálogo acerca da maturação do neoliberalismo e da inserção das contrarreformas brasileiras no século XXI, bem como suas repercussões diante do mundo do trabalho. Nesse sentido, o presente estudo propõe-se a contribuir para o debate, trazendo para a discussão o reflexo da precarização do trabalho dos jovens das cooperativas de materiais de reciclagem de Campos dos Goytacazes⁴.

Quanto às abordagens metodológicas, foram utilizadas referências bibliográficas relacionadas ao debate do neoliberalismo, contrarreformas no Brasil e mundo do trabalho, dentre elas, o David Harvey (2008), Ricardo Antunes (2000; 2018; 2020), Elaine Behring (1990), Sousa (2022), entre outros. Ademais, para compreender o acesso dos jovens catadores ao mercado de trabalho, foi adotado um método de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas dos jovens catadores no ano de 2022, feitas pelo Núcleo em Dinâmica Capitalista e Ação Política (Netrad). A pesquisa foi derivada de uma amostra de jovens com idade entre 18 e 28 anos das cooperativas supracitadas.

O artigo está organizado em três seções. A primeira seção discute o fim do *Welfare State* e o advento do neoliberalismo, observando as principais mutações na sociedade capitalista. A segunda

³ O Welfare State, conhecido como o período de Bem-Estar Social, ocorreu entre os anos de 1945 a 1975, segundo PEREIRA (2010), foi o período em que “O Estado dos países capitalistas centrais do Ocidente [...], se comprometia a garantir o pleno emprego, a cobertura universal de serviços sociais [...] e o estabelecimento de um mínimo de proteção social a toda população” (Pereira, 2010, p. 2).

⁴ No momento, existem quatro cooperativas de materiais de reciclagem localizada no subdistrito de Guarus – Campos dos Goytacazes: *Reciclar, Renascer, Cata Sol e Nova Esperança*.



seção está destinada à análise da inserção do ideário neoliberal no Brasil e seus impactos para a classe trabalhadora, incluindo as contrarreformas. Por fim, a terceira seção abordará o acesso ao mercado de trabalho dos jovens brasileiros de modo macro, comparando-os com os jovens cooperados, com idades entre 18 e 28 anos, pertencentes às cooperativas de materiais de recicláveis.

CRISE DO WELFARE STATE E A INSERÇÃO DO IDEÁRIO NEOLIBERAL

No final da década de 1970, o modelo do Estado de Bem-Estar Social experimentou um declínio, ocasionado por uma crise político-econômica decorrente do aumento do desemprego e da inflação (Harvey, 2008). Ademais, “as políticas keynesianas já não funcionavam” (Harvey, 2008, p. 22), sendo necessária uma nova política econômica.

Entretanto, a partir de 1973, quando o primeiro choque do petróleo ensejou uma crescente elevação do preço desse produto, decretada pelos países integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), passou-se a dizer que o modelo econômico keynesiano entrara em crise, com base nas seguintes evidências: desaceleração do crescimento econômico, desemprego, estagflação (combinação da inflação com recessão), diminuição dos investimentos e problemas na balança de pagamentos e na acumulação de capital (Pereira, 2010, p. 4).

A partir dessas mudanças, o “neoliberalismo ganha forças nas duas décadas seguintes e busca mudar a natureza do Estado enquanto instituição constitucional-legal” (Bresser-Perreira, 2010, p. 113). Dessa forma, o Estado é subjugado pela lógica neoliberal, intensificando as políticas econômicas e sociais que privilegiam o mercado financeiro.

Com o intuito de complementar o exposto, a ideologia neoliberal promoverá o “corte dos benefícios sociais, degradação aos serviços públicos desaparição dos direitos históricos dos trabalhadores” (Montes, 1996, p. 38 *apud* Behring, 2008, p. 58). A lógica capitalista é complementada por um novo modelo de organização do trabalho: *o toyotismo*⁵, que se distânciaria do modelo fordista anterior.

A implementação do novo modelo resultou em uma reestruturação produtiva. Anteriormente, a produção era realizada em larga escala, fundamentada no sistema fordista.

⁵ “No mundo da produção e do trabalho difundiu-se nos anos 1980 o modelo japonês, o Toyotismo, fundado nas possibilidades abertas pela introdução de um novo padrão tecnológico: a revolução microeletrônica. É a chamada produção flexível, que altera o padrão rígido fordista” (Behring, 2008, p. 34).



Atualmente, a produção é orientada para a satisfação da demanda, com o uso de um estoque reduzido, denominado de *just in time*. Outra mudança primordial é que seu propósito passa a ser o aumento da eficiência, ao invés da produção, o que resulta em um modelo de produção flexível, acarretando consequências negativas. Conforme Behring (2008) a tecnologia não foi incorporada com o propósito de reduzir a força de trabalho, mas, sim, de intensificar e explorar ainda mais a força de trabalho, resultando na precarização da classe trabalhadora.

Como o toyotismo é baseado em tecnologias capital-intensivas e poupadoras de mão-de-obra têm sido devastadores, caracterizando um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (Antunes, 1995; Matosso, 1996). Observam-se os fenômenos do aprofundamento do desemprego estrutural, da rápida destruição e reconstrução de habilidades, da perda salarial e do retrocesso da luta sindical (Behring, 2008, p. 35/36).

Vale destacar, que o desemprego estrutural, anteriormente mencionado, é um projeto do capitalismo, no qual “o capital se dirige para rentabilidade, e não para o atendimento de necessidades. Mais necessariamente, o capitalismo prefere não produzir do que produzir sem lucro” (Behring, 2008, p. 39). Em suma, para que ocorra uma produção que reestabeleça as taxas de lucro, é necessário que haja um certo nível de desigualdade social, como, por exemplo, um grande número de trabalhadores desempregados, dispostos a contribuir com o capitalismo, mas com uma remuneração mínima. Dessa forma, o capitalismo concentra uma parcela maior da riqueza social produzida nas mãos das elites financeiras, ao mesmo tempo em que induz uma maior estagnação salarial para a *classe que vive do trabalho*.

Com o aumento da intensidade do trabalho e a redução do número de trabalhadores nas empresas, observa-se uma intensificação da exploração do trabalho (Antunes, 2000), bem como uma forte tendência ao trabalho morto, decorrente da “transferência de capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada [...], por meio dos computadores” (Antunes, 2000, p. 12).

Dentro disso, a insegurança se manifesta em algumas formas: insegurança no *mercado de trabalho*, com a não-prioridade ao pleno emprego como objetivo do governo, a destruição de empregos em plena expansão econômica, sobretudo no setor industrial, e ampliação da desigualdade entre os desempregados em função da redução dos benefícios sociais; *insegurança no emprego*, que implica a redução da estabilidade e subcontratação (formas atípicas ou contingenciais de emprego, diga-se precárias); *insegurança na renda*, por meio da flexibilização dos salários, da diluição da relação entre os salários e produtividade, da queda dos gastos sociais e fiscais das empresas [...], crescimento da pobreza [...]. (Behring, 2008, p 39/40).



Essas expressões não atuam isoladamente, mas se interligam, tendo como foco uma população marginalizada, especialmente composta por uma classe social vulnerável e empobrecida. Tal grupo continua à mercê de um Estado que, ao invés de garantir direitos amplos, limita-se a oferecer políticas assistenciais pontuais e compensatórias de assistência à população mais empobrecida e vulnerabilizada. Harvey (2005, p. 91) indica que o Estado, ao atender aos interesses do capital, e então, deixa de ser inocente, pois “uma vez que reconhece a importância de promover e capturar a dinâmica regional com seu próprio poder, ele procura influenciar essa dinâmica por meios das suas políticas e ações”.

Dessa forma, a formação do Estado burguês impulsiona ao processo de desdemocratização, não ocorrendo somente em democracias emergentes, mas também em democracias eleitorais consolidadas, inviabilizando os projetos de inclusão social, como discutido por Fleury (2018). Nesse sentido, as políticas que anteriormente funcionavam de modo integrativo são substituídas por políticas de inserção, que se caracterizam principalmente pela atuação conjunta da focalização e da seletividade. (Castel, 2009 *apud* Fleury, 2018).

BRASIL SOB A OFENSIVA NEOLIBERAL

No Brasil, o neoliberalismo se manifestou com a posse na Presidência da República de Fernando Collor em 1990, mas se intensificou no governo de Fernando Henrique Cardoso em 1994. Tal intensificação ocasionou uma série de mudanças tanto no mundo do trabalho quanto na estrutura do Estado, que foram negativas para a população brasileira. Dentre tais mudanças, destaca-se a contrarreforma, esclarecida por Behring (2008):

[...] os Estados nacionais restringem-se a: cobrir o custo de algumas infraestruturas (sobre as quais não há interesse de investimento privado), aplicar incentivos fiscais, garantir os escoamentos suficientes e institucionalizar processos de liberalização e desregulamentação, em nome da competitividade. Nesse sentido último, são decisivas as liberalizações, desregulamentações e flexibilidades no âmbito das relações de trabalho - diminuição da parte dos salários, segmentação do mercado de trabalho e diminuição das contribuições sociais para a segurança; e do fluxo de capitais, na forma de IED e de investimentos financeiros em portfólio (Behring, 2008, p. 59).

Nogueira (2005, p. 40) comprehende que houve um recuo significativo do Estado brasileiro frente à economia mundial e ao mercado, sendo que os pontos positivos foram determinados em “função de critérios fiscais e quantitativos”, enquanto os “critérios sócio-políticos” foram duramente



enfraquecidos. Em suma, diante da forte associação do Estado com a ofensiva burguesa, “o sistema político evoluiu como uma democracia sem sociedade e sem Estado” (Nogueira, 2005, p. 39).

A realidade brasileira está passando por um cenário de transformação, no qual as garantias conquistadas em 1988 começam, significativamente, a se enfraquecer. No final do século XX, a flexibilização, a terceirização e a precarização do trabalho emergiram como tendências marcantes, impelindo a classe trabalhadora a buscar alternativas para sua subsistência, seja por meio do emprego informal ou do empreendedorismo. Esse processo constitui as *metamorfoses⁶ do mundo do trabalho*. (Antunes, 2000).

Os processos em questão, implementados no contexto capitalismo globalizado, financeirizado e neoliberal no Brasil no início do século XXI, acarretaram consequências, dentre as quais se destacam: *a diminuição do trabalho industrial e o fortalecimento dos setores de serviços, caracterizados por uma intensa exploração e proletarização*. Em termos numéricos, o Antunes (2018, p. 135, *apud* Pochmann, 2012, p.16) demonstra que, no período de 1980 e 2008, “o setor de serviços ‘cresceu o seu peso relativo em 30,6% [...]’, enquanto os setores primários e secundário perderam 44,9% e 27,7%, respectivamente, de suas participações em relação ao PIB”.

A ausência de regulação da movimentação internacional do capital financeiro e o poder concentrado das grandes corporações transnacionais reduziram o poder de taxação e controle dos Estados, transformados em grandes devedores, o que limita a legitimidade dos governos, incapazes de responder às demandas cidadãs e garantir os direitos de proteção social (Fleury, 2018, p. 109).

Com a chegada do governo Lula em 2003, medidas foram implementadas que beneficiaram o capital financeiro, o agronegócio e os setores de negócios em serviços. Em paralelo, foi implementada uma política de valorização do salário mínimo, com o objetivo de elevá-lo acima do índice da inflação e, assim, fortalecer o poder de compra da classe trabalhadora. (Antunes, 2018).

O crescimento do emprego nos anos do governo do presidente Lula da Silva foi expressivo, com a criação de 22 milhões de novos empregos, 90% deles empregos formais. Mas foram empregos de baixa qualificação, principalmente no setor de serviços, onde 95% dos empregados percebia até dois salários mínimos (Pochmann, 2014 *apud* Lobato, 2016, p. 92).

⁶ As “metamorfoses do mundo do trabalho” são discutidas por Antunes (2000), que dialoga com as mudanças estridentes no mundo do trabalho a partir da inserção do neoliberalismo no final do século XX e a inserção do novo modo de produção: *Toyotismo*, caracterizado pela flexibilização, terceirização e desregulamentação da força do trabalho.



Antunes (2018, p. 139), crítico o governo, afirmando que, mesmo com o aumento do número de trabalhadores empregados nos governos do PT (2003-2016), esses empregos “não foram capazes, no entanto, de eliminar as condições de vulnerabilidade presentes no nível da informalidade, terceirização e precarização da força de trabalho no Brasil recente”.

E, tal como se observou em outras nações em desenvolvimento, a extrema-direita, com seu robusto ideário neoliberal, desencadeou uma série de ataques ao governo de esquerda por meio do golpe de 2016⁷. É importante ressaltar que houve retrocessos em relação ao governo anterior, como, por exemplo, a construção e a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 no governo Temer.

A proposta principal da Emenda Constitucional 95/2016 foi o congelamento de gastos públicos por 20 anos, afetando áreas essenciais como a saúde, a educação e a assistência social. Ademais, no período subsequente, observou-se a implementação da Reforma Trabalhista em 2017 e da Reforma da Previdência em 2019, durante o governo de Jair Bolsonaro. Tais medidas, conhecidas como “contrarreformas”, resultaram em significativas transformações na estrutura socioeconômica da população brasileira.

Essas transformações afetaram majoritariamente a *classe que vive do trabalho*, que sofreu com o sucateamento dos serviços públicos, o aumento da desigualdade social, a intensificação e a instabilidade no emprego formal. Tais fatores interferem significativamente no cotidiano dos adolescentes e jovens brasileiros. (Antunes, 2020).

JUVENTUDE NA ERA NEOLIBERAL: O CASO DOS JOVENS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

De acordo com os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) referentes ao ano de 2023, a população jovem do Brasil, na faixa etária de 15 a 29 anos, era de aproximadamente 48,5 milhões de indivíduos, representando cerca de 22,7% do total da população do país. Um número significativo de jovens, especialmente os residentes em áreas periféricas, encontra-se inserido de maneira precária e intermitente no mercado de trabalho. Esse

⁷ O Golpe de 2016, ocorrido por meio do impeachment da presidente Dilma Rousseff, foi impulsionado por uma forte pressão política da oposição em um contexto de recessão econômica. O principal objetivo desse movimento era a implementação de políticas ultraliberais, resultando no retrocesso dos direitos sociais conquistados no governo anterior.



cenário é marcado por diversas formas de discriminação, como racismo, machismo, homofobia e outros preconceitos.

Em países periféricos, é importante destacar que a juventude frequentemente se dedica a atividades laborais mais intensas e que demandam maior esforço físico. Tal cenário decorre não apenas da precarização do trabalho, mas também da capacidade física inerente a essa faixa etária. Diante das transformações observadas no cenário laboral contemporâneo, os jovens tendem a se inserir em ocupações caracterizadas por maior flexibilidade, como as modalidades de serviços e tarefas. (Sousa, 2022).

Antunes (2018), afirma que estamos vivenciando o crescimento de um novo proletariado de serviços, independentemente de se suas atividades serem mais intelectualizadas ou manuais. A tecnologia e a globalização desencadearam novas formas de obtenção de renda por meio de plataformas digitais, um processo denominado *uberização*⁸. Esse efeito foi intensificado principalmente após a pandemia da Covid-19, conforme mencionado no Relatório Executivo da Organização Internacional do Trabalho (2024):

Como observado em todos os anos após o impacto da pandemia da COVID-19, a recuperação de postos de trabalho em 2024 continuou a ser impulsionada pelo crescimento do emprego informal em vários países da região, o que representa uma preocupação com a qualidade do emprego. Com exceção da Argentina, do Brasil e do México, em todos os outros países, as ocupações informais foram responsáveis por 48% a 70% do crescimento líquido de empregos no último ano, refletindo a falta de progresso na formalização. (Organização Internacional do Trabalho, 2024, p. 5).

No que se refere ao Brasil, em 2024, a informalidade alcançou 45% dos jovens economicamente ativos em 2024. No que tange aos serviços realizados com motocicletas, também conhecidos como “motoboy”, a taxa de informalidade atingiu a média de 82%. As causas da questão em pauta são variáveis, incluindo a baixa escolaridade, a escassa ou nenhuma experiência profissional. Em especial, quando os indivíduos provêm de famílias de baixa renda, são compelidos a complementar a renda familiar, “especialmente pelo desemprego que acomete outros membros da família” (Sousa, 2022, p. 41).

A precarização do mercado de trabalho não se configura como um fenômeno isolado ou exclusivamente vinculado ao desenvolvimento econômico nacional. Compreende-se, portanto, um

⁸ Conceito debatido por Antunes (2018), que as novas modalidades de trabalho propiciados por aplicativos e plataformas digitais que conecta prestadores de serviços independentes com clientes sob demandas.



conjunto de variáveis intrínsecas que se relacionam de forma indissociável às dinâmicas do sistema capitalista. Nesse contexto, torna-se imprescindível analisar a vulnerabilidade dos indivíduos enquanto cidadãos, conforme o exemplo indicado pela Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho: “*São jovens que trabalham sete dias por semana, sem descanso remunerado e direitos sociais*” (Brasil, 2024).

Para uma melhor compreensão da juventude e de sua diversidade, Bourdieu (2003, p.154) diferencia as juventudes em duas categorias extremas: “o estudante burguês e, no outro extremo, o jovem operário que não chega sequer na adolescência, encontramos hoje toda espécie de figuras intermediárias”.

Conforme a análise de Bourdieu, o polo dos jovens operários, atualmente representado por indivíduos periféricos e em situação de pobreza, tem sido significativamente afetado pelo desemprego, subemprego⁹ e precarização na era neoliberal (Antunes, 2018). Em uma análise paradoxal, essa conjuntura mostra-se favorável ao sistema capitalista, em virtude da elevada disponibilidade de trabalhadores, configurando o que poderia ser denominado um “privilegio da servidão”, embora poucos efetivamente alcancem uma ocupação estável e com direitos assegurados.

Com a implementação do setor sucroalcooleiro no município de Campos dos Goytacazes, um dos mais relevantes municípios da Região Norte Fluminense, a localidade experimentou um período de “crise” no referido setor, resultando no aumento do desemprego e precarização dos trabalhadores a partir da década de 1990 (Almeida, 2018).

Apesar da descoberta da Bacia Petrolífera de Campos e da consolidação do setor de petróleo e gás, que geraram novos campos de trabalho, não foi possível promover a integração social dos “deserdados da cana” (Cruz, 1992). Além disso, tais investimentos de grande monta contribuíram para o aumento dos conflitos no campo e no município de Campos dos Goytacazes, bem como nos municípios pertencentes à Bacia de Campos, como Macaé e São João da Barra, afetando a vida dos trabalhadores mais vulneráveis.

O encerramento das atividades do lixão em 2012 impactou mais de 400 famílias que dependiam exclusivamente dessa atividade, os catadores se mobilizaram em torno desse conflito e

⁹ Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), é a condição em que o trabalhador está ocupado, mas em uma atividade que não utiliza plenamente sua capacidade de trabalho — seja em termos de tempo, remuneração, qualificação ou estabilidade.



buscam o reconhecimento de seu direito ao trabalho, especialmente por meio de uma política pública que os integre social e economicamente, conforme orienta a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Almeida, 2018, p. 16).

Em Campos, entre os anos de 2015 e 2017, foram implementadas quatro cooperativas (Almeida, 2020, p. 101). Ao longo da trajetória das quatro cooperativas, diversas problemáticas foram enfrentadas, dentre as quais é possível citar a diminuição do volume reduzido de recicláveis recebidos, a variação de preços dos recicláveis em um cenário de crise econômica, o alto custo com as manutenções dos equipamentos, a ausência de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI), a ausência de rendimento fixo, entre outras. Com a redução da coleta seletiva, os rendimentos diminuíram, resultando em pressão sobre a evasão dos cooperados nas cooperativas, sobretudo daqueles que trabalhavam com os resíduos da coleta seletiva. A partir de 2018, as quatro cooperativas juntas possuíam 80 catadores na condição de cooperados; no final de 2021, esse número havia diminuído para 60 (Netrad, 2022). No ano de 2022, o número de cooperados era de apenas 59.

Com base na pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Estudos do Trabalho e Desenvolvimento Social no ano de 2022, foi possível compreender a vivência pelos jovens cooperados. A amostra do estudo foi composta por 21 participantes com idades entre 18 e 28 anos, representando 48% do total de cooperados entrevistados. Constata-se que esses jovens, em sua maioria, interromperam sua trajetória escolar e renunciaram a momentos de lazer e tempo livre, a fim de ingressarem no mercado de trabalho para prover o próprio sustento e o de suas famílias. O principal fator que impulsionou a população economicamente ativa a se inserir no mercado de trabalho por meio de cooperativas foi o cenário de desemprego e a oportunidade singular encontrada para obter ocupação.

A partir dessa análise, foi possível identificar um padrão significativo de interligação entre raça e classe social. Em particular, 71% dos jovens participantes da pesquisa autodeclararam-se pretos, 24% pardos e apenas 5% brancos. Adicionalmente, verifica-se que a totalidade dos entrevistados não recebia sequer um salário mínimo mensal no ano de 2022. Destaca-se, portanto, que a intersecção entre raça e classe evidencia a estigmatização de grupos sociais em função de sua etnia, território e condição socioeconômica. (Netrad, 2022).

Condições sociais e culturais, como normas e práticas estigmatizadoras, segregadoras ou diretamente discriminatórias, compartilhadas socialmente ou incorporadas em instituições públicas, podem impedir o acesso de certos grupos sociais a recursos disponíveis ou dar acesso apenas a recursos de baixa qualidade, ou ainda minorar a fruição potencial destes –



sejam estes grupos definidos, por exemplo, em termos de classe, cor, etnia, sexo, idade, residência ou recebimento de benefícios públicos. Podem debilitar a vontade, as expectativas, a motivação e a agência, reforçar e perpetuar crenças arruinadoras de identidades ou promotoras de resignação e desalento. (Kerstenetzky, 2012, p.31).

Conforme anteriormente mencionado, um dos fatores preponderantes para o aumento da participação de jovens nas cooperativas nos últimos anos (48%) reside no crescimento da taxa de desemprego juvenil no Brasil. Após a crise econômica de 2008, foi observado um aumento de 14,1% na taxa entre 2008 e 2020 (IBGE, 2020). Ademais, é importante destacar que 27% desses jovens se encontram na faixa etária de 18 a 24 anos, o que implica que muitos ainda não possuíam experiência profissional formal, iniciando sua inserção em trabalhos informais e precarizados.

Em concomitância, no quarto trimestre de 2024, a taxa de informalidade dentre a população jovem negra (41,9%) e parda (43,5%) no Brasil, que à época constituíam a maioria, superava a média, que era de 32,6%, entre os jovens brancos (IBGE, 2025). Ao se analisar a taxa de desemprego no mesmo período, observam-se diferenças persistentes, indicando fortemente a existência de desigualdades raciais. Nesse contexto, as taxas de desemprego entre jovens pretos (7,5%) e pardos (7,0%) são significativamente superiores às dos brancos (4,9%).

Os jovens negros experimentam uma dupla desigualdade no mercado de trabalho. Eles enfrentam não só maior dificuldade para obter acesso ao emprego, mas também postos de trabalho de qualidade inferior. Destarte, é imperioso salientar que tais desigualdades não se restringem ao âmbito econômico, estendendo-se também ao social e estrutural, permeando a luta pela garantia de direito, tais como moradia, alimentação, transporte e educação de qualidade na vida dos jovens das cooperativas (Netrad, 2022).

A dubiedade da sociedade brasileira que, ao mesmo tempo, nega a existência e a realidade das favelas e a destituição dos direitos de seus moradores, relegando-os a uma condição de ilegalidade permanente, enquanto se beneficia dessa mão de obra barata que está disponível na vizinhança, é tanto uma condição de exploração de classe quanto de enraizamento em base a diferenças raciais e culturais que normalizam a exclusão. (Fleury, 2018, p. 120)

Ao investigar os dados concernentes à inserção profissional entre os jovens e os adultos na América Latina, é possível verificar disparidades entre os dois grupos. Segundo o Relatório Executivo da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2024), os jovens enfrentam desafios significantemente maiores do que os adultos para se inserir e permanecer no mercado de trabalho. A “taxa de desocupação dos jovens [...] é quase três vezes maior do que a dos adultos. A falta de



emprego estável e remunerado, aliada à alta informalidade e aos baixos salários, também limitam as oportunidades de mobilidade social” (OIT, 2024).

A atividade laboral dos jovens cooperados é só um reflexo das recentes transformações no âmbito do trabalho, que se caracteriza por condições precárias, baixos salários e a necessidade de buscar alternativas para a própria sobrevivência, na luta pelo direito de ter direitos, o privilégio de servir ao capitalismo. Segundo Yazbek (2009, p. 110), “ainda assim, apesar de desqualificado, monótono, repetitivo e sem criatividade, o trabalho configura-se como uma forma de ser, uma forma de inserção digna na vida social, um caminho para ‘ganhar vida’, uma identidade social.

Diante do exposto, é possível constatar que há desafios significativos em relação à inserção dos jovens no mercado de trabalho formal. Isso evidencia a necessidade premente de que o público em questão seja inserido em empregos formais, garantindo, assim, os seus direitos. A elevada taxa de desemprego juvenil e a prevalência da informalidade laboral demandam atenção imediata e a implementação de estratégias eficazes. Nesse sentido, torna-se imperativa a formulação e execução de políticas públicas nas áreas de Educação, Trabalho e Renda, e Assistência Social, com o intuito de atender integralmente às demandas dessa parcela da população, a despeito dos consideráveis obstáculos impostos pela crise cíclica do capital.

CONCLUSÃO

A crise do Estado de Bem-Estar Social, caracterizada pelo esgotamento do modelo keynesiano, resultou na ascensão do ideário neoliberal, que redefiniu o papel do Estado, priorizando os interesses do capital financeiro em detrimento da garantia de direitos sociais. No Brasil, o processo em questão se consolida com a ofensiva neoliberal no início das décadas de 1990 em diante, promovendo contrarreformas que aprofundam a precarização do trabalho e a fragmentação das políticas públicas universais.

No contexto brasileiro, os impactos dessa lógica neoliberal são mais acentuados entre os jovens, especialmente os provenientes de camadas sociais mais vulneráveis. O avanço da informalidade, da terceirização e da uberização do trabalho — muitas vezes dissimulados sob a retórica da autonomia e do empreendedorismo — expõe a juventude a condições laborais precárias,



jornadas exaustivas, ausência de direitos e insegurança econômica e social. A referida realidade é exacerbada por marcadores como raça, classe, gênero e território, que estruturam de maneira desigual o acesso a oportunidades e a proteção social.

O caso dos jovens catadores de materiais recicláveis, por exemplo, ilustra com contundência como as novas formas de inserção laboral se constituem em mecanismos de reprodução da desigualdade estrutural. A juventude brasileira, majoritariamente composta por indivíduos negros e residentes em áreas periféricas, experimentam os efeitos diretos de um Estado que se submete aos imperativos do capital, implementando políticas focalizadas, seletivas e compensatórias, em vez de uma proteção social universal e estruturante.

A persistente alta taxa de desemprego juvenil e a crescente informalidade, impulsionadas pela lógica do capitalismo financeirizado e pela uberização, conforme evidenciado pelos dados recentes da OIT, demonstram a urgência de políticas públicas que visem a inserção formal e protegida dos jovens no mundo do trabalho. A garantia de direitos, o acesso à educação de qualidade, a formação profissional e a implementação de políticas de trabalho e renda são cruciais para mitigar os efeitos da crise cíclica do capital e promover uma maior equidade social, assegurando um futuro mais digno e promissor para a juventude brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Érica T. V. de. Conflito e resistência na periferia da cidade - a experiência coletiva dos catadores de recicláveis do lixão de Campos dos Goytacazes/RJ, 2010 -2019. In: LAGO, Luciana Corrêa do; MELLO, Irene Mello, PETRUS, Fernanda (Org.). **Da cooperação na cidade à cidade cooperativa.** 1. ed. Marília/SP: Editora Lutas anticapital, 2020.

_____. Conflitos e lutas sociais na Região de Campos dos Goytacazes no século XXI - considerações preliminares. In: **XVII Seminário de Integração da UCAM/ Campos**, 2018, Campos dos Goytacazes. Norte Fluminense: da crise à retomada econômica? Campos dos Goytacazes: UCAM, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

_____. **Coronavírus:** o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020. 50 p.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-reforma:** desestruturação e perda de direitos. São Paulo: Cortez,



2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Pesquisa aponta crescimento no emprego para a juventude, mas jovens mulheres e negros seguem com dificuldades de inserção.** Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Maio/pesquisa-aponta-crescimento-no-emprego-para-a-juventude-mas-jovens-mulheres-e-negros-seguem-com-dificuldades-de-insercao>. Acesso em: 25 abr. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia.** Lisboa: Fim de Século, 2003

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Democracia, Estado Social e Reforma Gerencial.** RAE 50 (1), 2010.

CRUZ, J. L.V. da. Mercado de Trabalho e exclusão em Campos/RJ. **Boletim Técnico do SENAC,** Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 159-178, set./dez. 1992.

FLEURY S. Capitalismo, democracia, cidadania - contradições e insurgências. **Saúde debate** [online]. 2018, vol.42, n.3, pp.108-124. (online)

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008. 256 p.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005. 201 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Medidas de subutilização da força de trabalho.** Rio de Janeiro: IBGE, 2025. (Nota técnica, n. 2). Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202404_trimestre_novos_indicadores.pdf Acesso em: 12 abril 2025.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais - 2024:** Uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE, Brasil, 4 dez. 2024. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://nada.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/00519957d12982f96a3101bff0234ffe.pdf?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 16 jan. 2025.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais:** em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população. [S. l.]: Estatísticas Sociais, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-deimprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>. Acesso em: 13 set. 2022.

KERSTENETZKY, C.A.L. *O Estado do Bem-Estar Social na idade da razão.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Capítulo 9

LOBATO, L.V.C. Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. spe, p. 87-97, Dec. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000500087&lng=en&nrm=iso

NÚCLEO DE PESQUISA EM DINÂMICA CAPITALISTA E AÇÃO COLETIVA - NETRAD. **Acervo de dados qualitativos e quantitativos do NETRAD.** Campos dos Goytacazes/RJ: UFF Campos, 2022.



_____. **Acervo de dados qualitativos e quantitativos do NETRAD.** Campos dos Goytacazes/RJ: UFF Campos, 2020.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil.** São Paulo: Cortez, 2005.

OIT. **Panorama laboral 2024 América Latina e Caribe.** San Isidro: 2024. Disponível em: [Panorama Laboral 2024 da América Latina e Caribe | International Labour Organization](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---publications/documents/publication/wcms_1093366.pdf) Acesso em: 12 abril 2025.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Política social do segundo pós-guerra: ascensão e declínio. **Serviço Social e Saúde**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 11-19, 7 maio 2010. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/ssss.v9i2.8634888>.

SOUSA, E. J. S. **Juventude, trabalho e o subdesenvolvimento.** 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 7º Ed.; 2009.